

Herança colonial e desenvolvimento regional no Brasil: nova era, velhos rumos*

Colonial legacy and regional development in Brazil: new era, old paths

Bruna de Oliveira Schweder**

Luciana Butzke***

Ivo Marcos Theis****

Resumo: Este artigo tem como tema a herança colonial e o desenvolvimento regional no Brasil. A heterogeneidade e as disparidades presentes no território resultam de uma conformação histórica, o colonialismo, que iniciou antes mesmo da chegada dos europeus em solo brasileiro. Sem embargo, a maneira como o território brasileiro foi ocupado, com as regiões operando de forma independente é uma das heranças que permanece vívida no povo brasileiro e que amarga duras consequências, como a concentração e desigualdade de renda, a desigualdade de oportunidades e de acesso aos direitos fundamentais. Nesse sentido, o ponto de partida é a consideração de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente produtor de desigualdades e, essas desigualdades se expressam de múltiplas formas na Questão Regional. O objetivo central foi, portanto, analisar a herança colonial ainda presente no desenvolvimento regional do Brasil pós 1988. E, de modo específico buscou-se i) relacionar a formação das regiões no Brasil e como se caracterizam no período pós-1988 e; ii) descrever os processos de reprodução do capital nas regiões brasileiras. Partiu-se da premissa de que o sentido da formação do Brasil é de um território que se desorganizou em regiões e essa desorganização se mantém até os dias atuais. Dessa forma, desde os primórdios, as regiões brasileiras vêm reproduzindo desigualdades. Finalmente, concluiu-se que os dados analisados contribuíram para perceber que a organização regional do Brasil, que se iniciou ainda no Brasil colônia, continua a amargar consequências dessa formação. Mesmo com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, que tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais, o Brasil parece não ter conseguido cumprir esse objetivo. Esse insucesso poderia ser revertido se as causas das desigualdades fossem investigadas e fossem desveladas as relações sociais que estão por trás das aparências.

Palavras-chave: Colonialismo; desenvolvimento regional; Brasil; desigualdades.

Abstract: This article addresses the theme of colonial legacy and regional development in Brazil. The heterogeneity and disparities present in the country's territory stem from a historical framework—colonialism—which began even before the arrival of Europeans on Brazilian soil. Nevertheless, the way Brazil's territory was occupied, with regions operating independently, remains a vivid legacy in the Brazilian people, one that bears harsh consequences such as income concentration and inequality, unequal opportunities, and limited access to fundamental rights. The starting point is the consideration that the capitalist mode of production is inherently inequality-producing, and these inequalities manifest in multiple ways in the Regional Question. The central objective, therefore, was to analyze the enduring colonial legacy in Brazil's regional development post-1988. Specifically, the study sought to: i) Relate the formation of Brazil's regions and their characteristics in the post-1988 period; ii) Describe the processes of capital reproduction across Brazilian regions. The premise was that Brazil's formation has been that of a territory disorganized into regions, a disorganization that persists to this day. Thus, from the outset, Brazilian regions have reproduced inequalities. Ultimately, the analyzed data helped confirm that Brazil's regional organization, which began during the colonial period, continues to suffer the consequences of this formation. Even with the enactment of the 1988 "Citizen Constitution", which aimed to reduce social and regional inequalities, Brazil appears to have failed in achieving this goal. This failure could be reversed if the root causes of inequality were investigated and the social relations behind appearances were brought to light.

Keywords: Colonialism; regional development; Brazil; inequalities.

Classificação JEL: N96; B52; O43; D63

*Submissão: 06/06/2025 | Aprovação: 13/08/2025 | Publicação: 01/09/2025 | DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v9.e09001](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v9.e09001)

** Universidade Regional de Blumenau | E-mail: brunaschweder@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6945-5367>

***Universidade Regional de Blumenau | E-mail: lbutzke@furb.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9037-402X>

****Universidade Regional de Blumenau | theis@furb.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0128-2188>

1 Introdução

De acordo com o Pnud (2019), o Brasil figura entre os dez países mais desiguais do mundo. A partir das estimativas do índice de Gini, publicadas pelo IBGE (2020) o Brasil apresenta 0,539 pelo índice de Gini, com base em dados de 2018. Uma rápida olhada em alguns indicadores como Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto *per capita*, rendimento, empregados com carteira assinada, dentre outros, das macrorregiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, é suficiente para perceber a grande heterogeneidade e as disparidades presentes no território. Claramente, essa conformação não se deu de forma repentina. É resultado de um longo processo histórico que tem início antes mesmo do desembarque dos europeus em solo tropical, já que o sentido da colonização se inicia antes de 1500. Sem embargo, a maneira como o território brasileiro foi ocupado, com as regiões operando de forma independente é uma das heranças que permanece vívida no povo brasileiro que, em sua maioria, amarga duras consequências, como concentração e desigualdade.

O que se tem visto é o aumento do desemprego, da fome, da violência, da desigualdade social, dentre outras mazelas. O ponto de partida que se pretende considerar é de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente produtor de desigualdades e essas desigualdades se expressam de múltiplas formas. Uma delas é justamente a Questão Regional. Portanto, aspira-se evidenciar de que forma se caracteriza o Desenvolvimento Regional no Brasil, como se deu a formação das regiões e como essa (des)organização se mantém até o período recente. Ou, em outras palavras, pode-se dizer que a pergunta norteadora é: é possível analisar a herança colonial ainda presente no desenvolvimento regional do Brasil pós 1988?

De acordo com Theis (2020, p. 82), “as disparidades inter-regionais expressam os graus variados de desenvolvimento desigual das forças produtivas mobilizadas em cada região e nas demais escalas”. Essa afirmação conduz a inferir que para compreender as conformações regionais com suas disparidades, talvez seja necessário dar um passo em direção às suas gentes. Theis (2020, p. 82) reforça que “as regiões são, em síntese, o resultado da ação das gentes no (e sobre o) espaço que ocupam no curso de sua história”. Finalmente, o tratamento recebido pelos atores sociais é capaz de interferir no desenvolvimento, ou não, das regiões em que vivem. E, com referência a desenvolvimento, Furtado (1986, p. 90) destaca que

[...] o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social [...].

A partir da apresentação destas determinações, pode-se chegar ao que se considera, portanto, desenvolvimento regional. Contudo, antes de uma conclusão imediata, interessa salientar que de acordo com Theis e Butzke (2017), o desenvolvimento regional não é apenas a conjunção de desenvolvimento e região. Trata-se de um objeto de estudo multidisciplinar que vai além da economia e da geografia e se traduz também em uma forma de enxergar o mundo. Parece ser possível dizer, sendo assim, que desenvolvimento regional é um processo de mudanças sociais e econômicas que acontecem em uma determinada região. Logo, o tratamento dado a quem vive nas regiões influencia a própria conformação regional, com seus desenvolvimentos e desigualdades.

1.1 METODOLOGIA

O trabalho adotará o método materialismo histórico dialético, que analisa fenômenos considerando suas interações e transformações sociais (Lakatos, 2003). A pesquisa será qualitativa, explorando a complexidade dos fenômenos sociais e econômicos relacionados às desigualdades regionais (Blogoslawski, 2008).

Considerando que o trabalho se propõe a analisar os fenômenos tanto sociais quanto econômicos que resultaram em desigualdades regionais, é inevitável ponderar a inter-relação entre fatos, contexto social, político e econômico. Nesse sentido, o método dialético de abordagem mostra-se um caminho possível.

No que diz respeito à natureza das fontes utilizadas para abordagem e tratamento de seu objeto, a pesquisa classifica-se como bibliográfica. A *pesquisa bibliográfica* é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2013, p. 108).

No tocante ao objetivo, serão combinadas as pesquisas exploratória e explicativa. Segundo Severino (2013, p. 108) “A *pesquisa exploratória* busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa”. Nesse sentido, a partir da pesquisa exploratória, busca-se maior familiaridade com o problema com o intuito de torná-lo explícito.

A pesquisa explicativa se preocupa em identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Ela explica a razão, o porquê das coisas (GIL, 2002). Assim, após explicitar a questão regional – a partir da pesquisa exploratória – buscar-se-á identificar causas e relações entre o tema e os dados levantados – o que se dará através da pesquisa explicativa.

Realizar-se-á uma revisão de literatura acerca de Desenvolvimento Regional. Na sequência, serão analisados indicadores socioeconômicos para que se cumpra o que foi proposto no primeiro objetivo específico. Estas variáveis serão a evolução da população

total, a evolução da população por cor ou raça, a taxa de imigração líquida, a quantidade de crianças e adolescentes por região, a taxa de fecundidade, óbitos fetais por região, produto interno bruto, produto interno bruto *per capita*, evolução da população economicamente ativa, pessoas na força de trabalho, empregados com carteira assinada, rendimento por sexo e rendimento por cor ou raça. Além do mais, serão buscadas em sites como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, dentre outros.

Portanto, no que diz respeito às técnicas de pesquisa, inicialmente, será feita análise de documentação, considerando que a coleta de dados partirá de livros, artigos, periódicos, etc. Para Severino (2013), a documentação coloca os dados em condições de análise pelo pesquisador, pois consiste em toda forma de registro e sistematização de dados.

Na sequência, o material levantado será observado a fim de encontrar nexos entre a teoria e os dados. A observação, para Severino (2013), integra todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A noção de desenvolvimento remete a “uma metáfora e sua história distorcida” (ESTEVA, 2000, p. 61). Como metáfora biológica, explica o crescimento natural de plantas e animais e evolução de um estado a outro. A história distorcida ocorre quando essa metáfora avança para a esfera social, convertendo o desenvolvimento em um programa, um destino necessário e inevitável. “O modo de produção industrial, que era nada mais que uma entre as muitas formas de vida social, tornou-se por definição o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social.” (ESTEVA, 2000, p. 63). Assim, podemos conjecturar que “numa economia capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas sobre dado território produz desigualdades, sobretudo, porque, em cada região, a provisão de meios de produção é, quantitativa e qualitativamente, diferenciada, assim como é diferenciada a produtividade de sua força de trabalho.” (THEIS, 2019, p. 354). Ou seja, não há um desenvolvimento homogêneo que avance para uma situação melhor. No capitalismo, o desenvolvimento produz desigualdades.

Aqui tomamos como pressuposto a ideia de que desenvolvimento produz desigualdades e essas desigualdades se expressam em diferentes escalas espaciais, incluindo a regional. Vários enfoques da teoria do desenvolvimento buscam sua crítica: ora enfatizando o atraso econômico, a pobreza, o mal desenvolvimento, ora tratando-o como nova forma de colonialismo e explorando sua face oculta (THEIS, 2022).

Para tratar do Desenvolvimento Regional no Brasil foi utilizado um recorte temporal: 1988, ano da promulgação da Constituição Cidadã. Ela é considerada um divisor de águas no processo de “democratização” do Brasil. Nela, as relações de gênero, raça e classe social, juntamente com o desenvolvimento e as desigualdades regionais, aparecem em seu Artigo 3º como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988):

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os temas aqui tratados estão presentes no artigo 3º, mas não ficam explícitas as relações entre eles. “O discurso oficial e hegemônico prega a redução das desigualdades sem tocar nas suas causas. Ele apenas acusa as desigualdades regionais como causas da falta de desenvolvimento, mas não define quais seriam as causas de tais desigualdades.” (ETGES; DEGRANDI, 2013, p. 88). Na Constituição, se colocam os termos, mas não há espaço para abrir seus conteúdos e tratar das relações sociais que estão por trás das aparências.

A Constituição de 1988 traz diretrizes, mas essas são insuficientes se não vierem acompanhadas de um conhecimento do passado e do presente que estabeleçam relações entre as várias formas de exploração que levam a reprodução das desigualdades.

3 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL

Este subitem trata da formação do território brasileiro, a fim de compreender os elementos que são utilizados, por autores e autoras que trataram do tema, para explicar os sentidos dessa formação. Para tanto, considera-se importante explicitar de que conceito de região e de desenvolvimento regional esse artigo tem como referência. E, num segundo momento, cabe destacar, a partir de alguns autores e autoras como a formação do Brasil é explicada.

3.1 APROXIMANDO O CONCEITO DE REGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA REALIDADE BRASILEIRA

Antes de dar início ao que se propõe cumprir no presente tópico, faz-se necessário, para fins didáticos, trazer à tona dois conceitos: região e desenvolvimento regional.

O estudo das regiões surgiu no último quarto do século XIX para resolver o impasse teórico-metodológico que havia se estabelecido na disciplina de Geografia, já que até o momento havia se criado uma tendência “à separação entre ciência da natureza e ciência do homem” (LENCIONI, 1999, p. 99) e essa separação “comprometia o próprio sentido da ciência geográfica que, na unidade dos aspectos físicos e humanos da realidade, vinha se conformando como um campo específico do conhecimento” (idem, p. 100).

A partir de então, muitas variações surgiram e, de modo geral, cada uma das correntes internas à Geografia formulou sua própria e correspondente concepção de região.

De acordo com Lencioni (1999, p. 100), a região passou a ser “um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos.” Tem-se aí uma primeira definição do que seria região. Nesse momento também se passa a considerar o termo identidade regional. Esta, aconteceria quando os homens tomam consciência da região em que vivem e se identificam com a mesma. De acordo com essa definição, a região seria facilmente identificada e diferenciada das demais, já que possui uma realidade objetiva (LENCIONI, 1999).

Theis (2020 [2], p. 207) indica que a “região é um espaço geográfico, relativo e relacional, que se distingue de outros espaços (contíguos ou não) delimitados por um mesmo critério, uma região que se distingue de outras regiões”. Mas, apesar de se aproximar da definição de Lencioni (1999), o autor traz um elemento novo.

Uma região é um espaço distinto de outros espaços, e essa distinção repousa no reconhecimento de que cada região possui traços específicos, diferentes dos possuídos por outras regiões. Esses traços, frequentemente, dizem respeito à natureza e à cultura. As regiões são, em síntese, o resultado da ação das gentes no (e sobre o) espaço que ocupam no curso de sua história (THEIS, 2020, p. 82).

Ou seja, Theis (2020) vislumbra a região como um produto de relações sociais. Ele enxerga a região como uma amálgama entre gente e espaço. E é essa concepção que se pretende utilizar na análise da Reprodução Social.

O segundo conceito que pede elucidação é o de desenvolvimento regional. Celso Furtado (1986, p. 90) destaca que

[...] o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social [...].

Nota-se que Celso Furtado (1986) sugere que desenvolvimento é precedido por crescimento e que o primeiro estaria condicionado às mudanças sociais. É importante ressaltar que desenvolvimento difere de crescimento econômico. Theis (2020) destaca que desenvolvimento não se trata apenas de elevar a riqueza, por exemplo, mas sim elevar o bem-estar material para todos.

A partir da apresentação dos elementos, pode-se chegar ao que se considera, portanto, desenvolvimento regional. É possível dizer, sendo assim, que desenvolvimento regional é um processo de mudanças sociais e econômicas que acontecem em uma determinada região. Theis (2020, p. 224) ressalta que

[...] o Brasil constitui uma formação social única por manter intactas as estruturas produtoras e reprodutoras de desigualdades sociais e disparidades regionais – um território desestruturado em regiões que permanecem se conectando, privilegiadamente, com os destinatários dos produtos obtidos de sua ainda exuberante natureza a partir do trabalho sub-remunerado dos brasileiros comuns – ao longo dos mais de cinco séculos de sua existência.

Tanto a região quanto o desenvolvimento regional são processos produzidos e reproduzidos continuamente por relações sociais e, consequentemente, marcados por desigualdades. Tendo como referência a ideia de que as regiões são produto de relações sociais e que essas relações escapam ao controle e autonomia das gentes que ali vivem, é importante examinar a história da formação do território brasileiro, tema do próximo subitem.

3.2 O PROCESSO DE DESORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM REGIÕES

Ao refletir sobre a história colonial do país, Prado Jr. (1961) escreveu sobre a continuidade do processo histórico e como o presente resulta de uma formação do período colonial. Ele ainda ressaltou a importância de se considerar “o todo” para então compreender as ocorrências históricas em particular. Por esse ângulo, entendendo a importância de compreender os acontecimentos que levaram os europeus à América, as linhas subsequentes, discorrem sobre a história que precede esse episódio, bem como dão conta dos acontecimentos que logo se delineiam.

A expansão marítima europeia, a partir do século XV, foi impulsionada pelo crescimento do comércio e pela descoberta do estreito de Gibraltar, favorecendo as regiões costeiras. Portugal explorou novos mercados na África, na Índia e, posteriormente, na América, onde a colonização foi marcada pela economia voltada para a exportação, com destaque para a produção de açúcar e tabaco (PRADO JR., 1961).

O Brasil assumiu um papel subordinado no comércio global desde o século XVI, consolidando um território fragmentado (Theis, 2020). A ocupação territorial foi impulsionada pela exploração mineral no Sudeste e Bahia, enquanto a pecuária contribuiu para o povoamento do semiárido nordestino e do Sul. No século XVIII, a mineração e a criação de gado estimularam a interiorização do país, e, posteriormente, o café se tornou o principal produto de exportação até o século XX (Andrade, 2004).

Na Amazônia, uma ocupação foi lenta devido aos desafios climáticos e indígenas hostis, mas se intensificou no século XIX com a

exploração da borracha e da castanha.

O ciclo da borracha durou pouco, condenando a região à estagnação e decadência até a segunda metade do século XX, quando o povoamento foi intensificado por conta da construção de rodovias e do desenvolvimento da mineração e da pecuária (ANDRADE, 2004). Ainda segundo o autor, a região Norte foi palco de grandes projetos. Um exemplo deles é o Jari, no qual

[...] o multimilionário Daniel Ludwig se apossou de grandes extensões territoriais, destruiu a floresta tropical heterogênea e implantou uma floresta homogênea de gmelina, importada do Oriente, para desenvolver a produção de celulose. O projeto acarretou impactos ambientais incontáveis e prejuízos enormes [...]. (ANDRADE, 2004, p. 26)

além da falta de preocupação com a ocupação uniforme do território, a exploração econômica em diferentes períodos históricos trouxe impactos negativos ao meio ambiente. Andrade (2004) cita como exemplos a produção de bauxita no Pará e a exploração de cassiterita em Rondônia, Amazonas e Pará. Em áreas como Rondônia, onde os solos são pouco férteis, essas atividades exigiram o uso intensivo de fertilizantes, tornando a exploração ainda mais onerosa e prejudicial à natureza e à vida local.

Santos e Silveira referem-se ao Brasil como “um território fisiograficamente diferenciado, com uma grande variedade de sistemas naturais sobre os quais a história foi se fazendo de um modo também diferenciado” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 249). Com o intento de delinear o povoamento brasileiro, os autores escrevem que

[...] as condições naturais eram quase diretamente solicitadas a fornecer respostas a uma ação humana que buscava refletir demandas locais e forâneas, utilizando-se das facilidades oferecidas pela própria natureza (relevo, vegetação, hidrografia, solos, etc.) e criando, como função do tipo de produção reclamado, áreas de densidade ou de rarefação. Essa densidade humana, variável segundo os lugares, constituída, pois, o primeiro contraponto aos condicionamentos naturais (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 250).

Saffioti e Ackermann (1973) destacam que a economia brasileira sempre esteve ligada à exploração e à atividade primária, desde a extração do pau-brasil até o cultivo do café. A expansão das atividades agrárias dependia do consumo externo, garantindo que sempre houvesse um produto primário para exportação, beneficiando os interesses coloniais.

Essa dependência do mercado externo impediu o desenvolvimento de uma rede urbana integrada no Brasil colonial e imperial. A especialização produtiva também contribuiu para a fragmentação regional: o Nordeste se dedicou à cana-de-açúcar, a Bahia ao cacau e o Rio Grande do Sul à pecuária. No entanto, a falta de conexão entre essas regiões impediu um processo efetivo de regionalização.

É possível ter uma ideia da falta de vínculo entre as regiões a partir do que Saffioti e Ackermann (1973, p. 85, grifo das autoras) expõem abaixo. Segundo as autoras,

[...] o Brasil colonial e imperial contava apenas com três cidades significativamente grandes, todas elas portos de comercialização de um produto primário e/ou desempenhando funções administrativas: Recife, “capital do açúcar”, Salvador, capital administrativa e “capital do cacau”, Rio de Janeiro, ulterior capital administrativa e escoadouro da produção, antes de minérios, e, mais tarde, de café.

O recenseamento de 1872 ocorreu durante a expansão da economia cafeeira, que impulsionou o crescimento urbano, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Diferentemente da cana-de-açúcar, o café era controlado por nacionais, permitindo a acumulação de riquezas no país. O crescimento populacional e industrial concentrado no Sudeste, e, em 1920, São Paulo já respondia por 33% da produção industrial do Brasil, acelerando a urbanização e a evasão rural (SAFFIOTI; ACKERMANN, 1973).

Nos anos seguintes, o Brasil consolidou seu Estado Nacional, mas manteve dependência comercial externa, principalmente dos Estados Unidos. As crises agroexportadoras favoreceram a industrialização interna e a dependência monetária (SAFFIOTI; ACKERMANN, 1973).

A partir de 1930, o colapso da divisão internacional do trabalho intensificou a migração para as cidades, marcando a ascensão do capitalismo urbano-industrial. O Estado introduziu políticas inovadoras para as populações urbanas, impulsionando ainda mais a migração interna. Apesar da nova rede urbana, o país manteve marcas de sua economia agroexportadora. O legado do café é visível na infraestrutura e concentração regional da indústria brasileira (SAFFIOTI; ACKERMANN, 1973).

De acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira, a nação precisa falar através do território. E assim, através de suas técnicas, “a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 27).

No início, era a natureza que comandava as ações humanas. Em seguida, surgiu a fase dos meios técnicos, em que pouco a pouco se buscou apagar o domínio da natureza. O terceiro e último período se caracterizou pela construção e difusão do meio técnico-científico-informacional. Este, por sua vez, ficou restrito a algumas áreas e foi a partir desse período que algumas diferenças regionais se agravaram (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Os autores, ao perceberem a heterogeneidade do espaço nacional, bem como as disparidades regionais, definem o território brasileiro como um arquipélago mecanizado.

Todavia o governo geral instalado em Salvador em 1549 e, depois, o vice-reinado no Rio de Janeiro, a transferência da cabeça do Império português em 1808 e a Independência em 1822 foram, para a história do país, fatos marcantes, mas incapazes de criar, no domínio da economia, fluxos verdadeiramente nacionais. A máquina de Estado servia para preservar e ampliar as fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da Igreja, unificar a língua. A unidade política e linguística se dava ao mesmo tempo em que as diversas regiões, produzindo para o mercado externo, a este se ligavam praticamente sem intermediário, de modo que sua evolução espacial e econômica era ditada por relações quase diretas. Daí a imagem de um vasto arquipélago formado, na verdade, por um conjunto de “penínsulas” da Europa. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 32)

Até o início do século XX, a vida urbana concentrava-se nas zonas litorâneas, com exceção das cidades do ouro. Entre 1900 e 1940, iniciou-se uma integração nacional com expansão de portos, ferrovias, hidrelétricas e redes de comunicação, impulsionada pela exportação do café. Nesse contexto, São Paulo se consolidou como a principal metrópole industrial do país, especialmente após 1945, enquanto o Brasil passou por intenso crescimento populacional e migração do campo para a cidade.

Nota-se que cada fase histórica inaugurava uma região de destaque. Portanto, a regionalização pode ser vista como um processo contínuo, que nunca acaba, notadamente produto de relações sociais. E cabe reforçar que o Brasil “permanece socialmente desigual e geograficamente desorganizado em regiões, em espaços que se conectam, sobretudo, em função de decisões que escapam às necessidades e aos interesses dos brasileiros comuns.” (THEIS, 2020, p. 221).

4 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO BRASIL APÓS 1988

Nos variados ciclos econômicos pelos quais o Brasil passou, tem-se, em contrapartida, diferentes concentrações de riquezas e diferentes modos de reprodução da população brasileira. Os dados sobre a evolução da população por região demonstram essa afirmação.

Em 1872, a região com maior volume de pessoas era o Nordeste, fato que está intimamente ligado ao primeiro ciclo econômico do Brasil: a extração de pau-brasil e os engenhos de cana-de-açúcar na região nordestina. Em seguida, com a concorrência da cana-de-açúcar que passou a ser cultivada nas Antilhas, intensificou-se a busca por metais preciosos em Minas Gerais. Mais adiante, veio o ciclo do café também na região Sudeste (THEIS; BUTZKE, 2017), tornando-a a segunda mais populosa a partir do ano de 1890 (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da população total por região, 1980 a 2024

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total
1980	6.806.720	6.619.755	34.815.439	19.031.990	51.737.148	119.011.052
1991	9.427.601	10.030.556	42.497.540	22.129.377	62.740.401	146.825.475
1996	10.500.579	11.288.259	44.766.851	23.513.736	67.000.738	157.070.163
2000	11.636.728	12.900.704	47.741.711	25.107.616	72.412.411	169.799.170
2007	13.222.854	14.623.316	51.534.406	26.733.595	77.873.120	183.987.291
2010	14.058.094	15.864.454	53.073.882	27.386.891	80.364.410	190.747.731
2024	17.071.595	18.669.345	57.112.096	31.113.021	88.617.693	212.583.750

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores, 2024.

Em todo o período analisado, ao verificar a evolução da população total por região, o Centro-Oeste foi a região que mais cresceu em número de habitantes. A região que menos aumentou sua população foi o Nordeste.

A seguir, são apresentados alguns dados sobre cor e/ou raça da população. Em relação aos dados sobre a evolução da população por cor ou raça é importante salientar algumas observações: i) a categoria total para “cor ou raça” inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas ou sem declaração; ii) para chegar no valor anual, calculou-se a média dos trimestres; iii) no ano de 2020, estava disponível apenas o primeiro trimestre, com exceção aos dados relativos a nível de Brasil, portanto, foram considerados os dados disponíveis; iv) no momento da coleta, não havia dados para o ano de 2021; v) no momento da coleta, estavam disponíveis dados apenas do primeiro e segundo trimestre de 2022, contudo, apenas dados a nível de Brasil haviam sido divulgados sobre o primeiro trimestre do respectivo ano.

Ao analisar a evolução da população brasileira por cor ou raça, por regiões, nota-se que, em todas as regiões, o maior volume de pessoas se localiza na categoria “total”, ou seja, indígenas, amarelas ou sem declaração. Contudo, alguns movimentos podem ser destacados. As regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste seguem a seguinte ordem em volume populacional: categoria total, seguida pela parda, branca e preta, respectivamente. As regiões Sul e Sudeste, por sua vez, possuem a seguinte ordem: categoria total, seguida pela branca, parda e preta, respectivamente.

Todas as regiões registraram aumento da população na categoria total no período analisado. Mas, outros pequenos deslocamentos foram percebidos. A região Centro-Oeste apresentou pequeno aumento das populações preta e parda, enquanto a população branca se manteve estável. A região Norte registrou aumento da população parda e leve aumento da população preta, enquanto a população branca sofreu uma pequena queda. Na região Nordeste, a população parda se manteve estável, enquanto a população branca assinalou pequena queda e a população preta registrou leve aumento. Nas regiões Sul e Sudeste, enquanto a população branca se manteve estável, as populações parda e preta apresentaram um discreto aumento.

Tabela 2 – Evolução da população por cor ou raça (mil pessoas), 2012 a 2021

Ano	Cor	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2012	Total	14667	16452	54741	28324	83536	197721
	Branca	5793	3511	14386	22310	45554	91554
	Preta	940	913	4752	1092	6882	14580
	Parda	7823	11868	35366	4737	30401	90194
2015	Total	15325	16925	55688	29024	85659	202859
	Branca	5854	3299	14092	22763	45600	91706
	Preta	983	1031	5101	1061	7425	15667
	Parda	8384	12468	36292	5061	31849	94121
2018	Total	15964	17625	56618	29710	87691	207853
	Branca	5775	3517	13848	21820	44039	88912
	Preta	1471	1252	6435	1436	8732	19335
	Parda	8502	12592	35856	6235	33952	97395
2021	Total	16581	18578	57522	30359	89611	212650
	Branca	5746	3279	14190	22813	45438	91467
	Preta	1437	1388	6572	1321	8580	19298
	Parda	9256	13640	36323	6041	34642	99903

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas).
Elaboração dos autores, 2024.

Ao fazer uma análise para além da categoria total, infere-se que a população que se autodeclara branca tem apresentado estabilidade ou queda em todas as regiões, ao passo que a população parda tem aumentado ou ficado estável em todas as regiões. Já a população preta foi a única que aumentou em todo o Brasil.

Ainda na perspectiva populacional, analisou-se abaixo a taxa de imigração líquida, com o objetivo de ter uma variável de controle. Em todo o período analisado, a região Centro-Oeste foi a que obteve a maior taxa de imigração líquida, seguida pela região Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, respectivamente. Importa assinalar que a construção de Brasília aconteceu entre 1957 e 1960, fato que pode ter influenciado a alta taxa de imigração para a região Centro-Oeste. A região Nordeste apresentou a menor taxa de imigração líquida.

Tabela 3 – Taxa de imigração líquida, 1950 a 1980

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1950	20,69	12,12	5,47	10,94	11,90
1960	29,38	9,72	6,31	16,83	13,71
1970	32,84	9,90	5,93	17,50	16,57
1980	35,14	18,16	6,49	14,06	18,45

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950–1980. Elaboração dos autores, 2024.

A seguir, analisou-se dados sobre crianças e adolescentes nas regiões brasileiras. De acordo com a tabela abaixo, a região Norte exibiu o maior percentual de crianças e adolescentes em praticamente todo o período analisado. A região Sudeste, por sua vez, registrou o menor percentual de crianças e adolescentes de 1970 a 2000, ficando atrás da região Sul nos anos de 2010 e 2015, em alguns grupos de idade. É importante ressaltar que todas as regiões registraram queda desse indicador. Em relação ao percentual de variação que cada região exibiu, nota-se que a região Sul foi a que mais diminuiu o percentual de crianças e adolescentes em todos os grupos de idade. A região Sudeste foi a que menos diminuiu o percentual de crianças de 0 a 4 anos. Enquanto a região Norte foi a que menos diminuiu o percentual dos demais grupos de idade no período analisado.

Tabela 4 – Crianças e adolescentes por região, por grupo de idade (%), 1980 a 2015

Ano	Grupo de idade	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
1980	0 a 4 anos	14,9	17,8	15,9	12,4	12,3	13,8
	5 a 9 anos	13,4	15,1	14,1	11,8	11,0	12,4
	10 a 14 anos	12,7	13,1	13,4	12,1	10,8	12,0
	15 a 19 anos	11,8	11,2	11,6	11,9	11,1	11,4
1991	0 a 4 anos	11,5	14,3	12,8	10,5	10,0	11,3
	5 a 9 anos	11,9	14,6	13,6	10,9	10,6	11,9
	10 a 14 anos	11,9	13,7	13,1	10,6	10,6	11,6
	15 a 19 anos	10,9	11,4	11,2	9,6	9,5	10,2

Continua...

Ano	Grupo de idade	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2000	0 a 4 anos	9,8	12,7	10,6	8,8	8,7	9,7
	5 a 9 anos	10,0	12,5	10,8	9,2	8,8	9,8
	10 a 14 anos	10,1	12,1	11,6	9,5	9,2	10,2
	15 a 19 anos	10,6	11,8	11,7	9,8	9,9	10,6
2010	0 a 4 anos	7,6	9,8	8,0	6,4	6,5	7,2
	5 a 9 anos	8,0	10,3	8,7	7,0	7,0	7,9
	10 a 14 anos	8,9	11,1	9,9	8,4	8,2	9,0
	15 a 19 anos	9,0	10,4	9,7	8,6	8,2	8,9
2015	0 a 4 anos	6,7	7,8	6,8	5,8	5,8	6,3
	5 a 9 anos	7,2	9,2	7,8	6,2	6,2	7,0
	10 a 14 anos	7,8	9,7	8,9	6,8	6,9	7,7
	15 a 19 anos	8,3	9,9	9,4	7,8	8,0	8,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Elaboração dos autores, 2024.

Na sequência seguem dados sobre a taxa de fecundidade por região. Os dados demonstram que a região Norte foi a que apresentou a maior taxa em todo o período analisado. Já o Sudeste foi a região que apresentou a menor taxa de fecundidade dentre os anos de 1980 a 2010. Em 2016 foi a região Sul que apresentou a menor variável.

Tabela 5 – Taxa de fecundidade total, 1980 a 2022

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1980	4,51	6,45	6,13	3,63	3,45
1991	2,66	4,18	3,71	2,52	2,39
2000	2,25	3,17	2,69	2,24	2,10
2010	1,83	2,40	2,02	1,70	1,70
2016	1,67	2,06	1,93	1,57	1,58
2020	1,70	1,80	1,60	1,60	1,50
2022	1,70	2,00	1,60	1,60	1,50

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2009. Datasus, 2022. Elaboração dos autores, 2024.

A tabela a seguir apresenta dados acerca dos óbitos infantis e fetais por região, dentre os anos de 2003 e 2021.

Tabela 6 – Óbitos fetais por região (Unidades), 2003 a 2021

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2003	2125	2477	7280	4083	14236	30201
2007	1781	2038	6479	3251	11213	24762
2011	1831	1994	6973	3175	10919	24892
2015	2153	2242	7426	3270	11563	26654
2019	2072	2192	7164	2951	10364	24743
2021	2250	2278	7185	2867	10034	24614

Fonte: IBGE - Pesquisa Estatísticas do Registro Civil. Elaboração dos autores, 2024.

Em 2021, a região Sudeste registrou o maior número de óbitos fetais no Brasil (40,77%), seguida pelo Nordeste (29,19%), Sul (11,65%), Norte (9,25%) e Centro-Oeste (9,14%).

Ao analisar a variação percentual de óbitos fetais entre 2003 e 2021, a região Sul teve a maior redução (29,78%), seguida pelo Sudeste (29,52%), Norte (8,03%) e Nordeste (1,30%). O Centro-Oeste foi a única região que apresentou aumento (5,88%). No total, o Brasil registrou uma queda de 18,50%.

A análise conjunta de fecundidade e óbitos fetais revelou que o Norte, apesar de ter a maior taxa de fecundidade, apresentou uma redução tímida nos óbitos fetais. Já as regiões Sudeste e Sul, com as menores taxas de fecundidade, registraram as maiores quedas nesse tipo de óbito.

Para compreender os dados apresentados nesse subitem é fundamental colocá-los na relação com a reprodução do capital, cujos dados serão apresentados na sequência.

De acordo com Theis (2022, p. 46), no Brasil,

[...] embora também em outras formações sociais, sobretudo, periféricas, desenvolvimento regional tem sido, na prática, traduzido como desenvolvimento econômico regional. Isto é, inobstante seja anunciado em estudos acadêmicos e planos governamentais como fato e estratégia que engloba dimensões de natureza social, cultural, política e ambiental, a preocupação que sobressai é com acumulação de capital em escala regional.

Nesse sentido, seguindo os parâmetros ainda vigentes, cabe compreender algumas questões acerca da produção de riquezas em cada região a fim de distingui-las. A Tabela 7 apresenta o Produto Interno Bruto das regiões brasileiras. Lembrando que o “Produto Interno Bruto refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um território econômico [...]” (SANDRONI, 2008, p. 641).

Tabela 7 – PIB por região – R\$ (mil), a preços de mercado, 1990 a 2020

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1990	596	570	1.486	2.103	6.794
1995	59.341.398	29.792.515	84.970.343	114.304.214	417.232.421
2000	98.914.837	51.705.786	146.827.013	194.257.377	687.776.987
2005	163.100.549	93.311.161	246.267.362	295.150.563	1.044.988.767
2010	306.136.783	182.905.311	458.356.691	529.196.909	1.826.244.306
2015	512.781.855	284.652.148	748.112.200	869.718.666	2.740.336.131
2020	709.720.148	426.154.208	948.482.932	1.125.656.065	3.384.923.646

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores, 2024.

Durante o período analisado, a região que mais aumentou seu PIB foi o Centro-Oeste. E a região que menos elevou esse indicador foi o Norte. Contudo, se a análise se concentrar apenas durante os últimos dez anos observados, ou seja, entre 2010 e 2020, nota-se que a região Norte foi a que mais aumentou seu PIB, com 133% de crescimento, ao passo que a região Sudeste foi a que menos registrou aumento, com 85%. Ao mirar apenas o ano de 2020, último analisado, tem-se a região Sudeste com maior expressão no PIB, representando mais de 50% do total. A região com o menor PIB é o Norte com 6,5% de participação no PIB total do país. O que chama atenção é que desde o primeiro ano analisado, 1990, a configuração é a mesma, com a região Sudeste tendo a maior participação, seguida pelo Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

Para o cálculo da tabela abaixo, fez-se a média do Produto Interno Bruto *per capita* – PIB per capita – dos estados de cada uma das cinco macrorregiões brasileiras. O PIB *per capita* demonstra o PIB dividido pelo número de habitantes.

Tabela 8 – PIB estadual per capita – R\$ (mil), a preços do ano 2010, 1985 a 2019

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1985	71,22	56,29	46,72	42,93	73,04
1990	76,03	60,64	50,89	44,73	70,47
1995	80,86	65,54	59,66	52,07	73,73
2000	85,47	66,41	62,42	55,42	75,50
2005	80,60	66,79	62,31	47,87	71,01
2010	94,90	81,45	75,33	57,20	82,87
2015	99,59	82,07	80,98	61,48	80,74
2019	101,08	81,68	81,59	62,55	77,88

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores, 2024.

Desde o ano de 1985, as regiões Sudeste e Centro-Oeste vinham disputando o posto de maior PIB per capita do Brasil. Em 1989, o Centro-Oeste assumiu o primeiro lugar e se manteve nessa posição até 2019, último ano verificado. De 1989 a 2002 a região com o segundo maior PIB per capita era o Sudeste, que passou a ter seu posto disputado com a região Norte a partir de 2003. E, no ano de 2015, o Norte assumiu o segundo lugar definitivamente. Ao considerar o ano de 2019, último ano analisado, tem-se a seguinte configuração do maior para o menor PIB per capita: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

A População Economicamente Ativa (PEA) corresponde a “população de 14 a 64 anos menos estudantes e pessoas que desenvolvem atividades domésticas não-remuneradas” (SANDRONI, 2008, p. 157), ou seja, trata-se da parcela da população que pode trabalhar no setor produtivo e que compõe a força de trabalho.

Tabela 9 – Evolução da população economicamente ativa total por região, 1980 a 2000

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1980	2.457.601	2.020.606	11.158.265	7.423.346	20.175.894
1985	3.001.464	2.519.167	12.588.051	8.349.467	22.833.185
1991	3.883.531	3.380.112	14.762.579	9.722.374	26.707.530
1996	4.705.973	4.217.378	17.163.689	11.142.416	30.876.063
2000	5.551.095	5.128.810	19.477.471	12.498.714	34.811.384

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores, 2024.

Em todo o período analisado, a região Sudeste possuía o maior número de pessoas economicamente ativas, fato que acompanhou a dinâmica do crescimento da população, conforme demonstrado anteriormente. Em segundo lugar, está a região Nordeste. Em terceiro lugar, a região Sul, seguida pelo Centro-Oeste e pelo Norte, respectivamente.

A seguir, apresenta-se tabela com as pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho por cor ou raça.

Tabela 10 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho por cor ou raça (mil pessoas)

Ano	Cor	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2012	Total	7510	7352	23964	14908	43082	96814
	Branca	2901	1566	6045	11971	23583	46067
	Preta	509	449	2367	563	3772	7660
	Parda	4049	5278	15457	2281	15358	42423
2015	Total	7930	7807	25028	15502	44658	100924
	Branca	2912	1443	6025	12283	23723	46385
	Preta	572	551	2594	614	3929	8258
	Parda	4393	5756	16271	2512	16567	45498
2018	Total	8501	8187	24839	15972	47735	105233
	Branca	3015	1510	5894	11962	23583	45964
	Preta	830	650	3194	753	4993	10420
	Parda	4554	5900	15555	3146	18615	47769
2022	Total	9052	8812	25265	16449	48770	107787
	Branca	3174	1712	6180	12013	24197	47010
	Preta	992	883	3727	843	5900	12214
	Parda	4780	6075	15086	3477	18074	47327

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaboração dos autores, 2024.

A região Centro-Oeste foi a que registrou o maior aumento da população na força de trabalho das categorias total e branca, com 20,53% e 9,41%, respectivamente. A região Norte, por sua vez, registrou o maior aumento da população preta na força de trabalho. Já a região Sul apresentou o maior aumento da população parda na força de trabalho.

Ao analisar o Brasil como um todo, a população preta foi a que mais cresceu sua participação na força de trabalho durante o período analisado, com 59,45% de aumento, à medida que a população branca registrou o menor crescimento na força de trabalho, com apenas 2,05% de aumento.

Outra questão que importa para verificar a composição da força de trabalho no Brasil é a cobertura da proteção social das trabalhadoras e trabalhadores. Nesse sentido, seguem os dados sobre o percentual de empregados e empregadas com carteira assinada no país.

Tabela 11 – Empregados com carteira de trabalho assinada, por sexo (%), 2001 a 2015

Ano	Categoria	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
2001	Homens	31,27	27,18	25,14	39,60	40,12
	Mulheres	14,71	11,94	12,94	23,51	21,24
2005	Homens	34,03	28,35	26,46	39,83	40,80
	Mulheres	17,36	11,93	13,36	25,42	22,89
2009	Homens	36,60	29,03	29,45	40,46	42,54
	Mulheres	19,41	12,99	14,50	26,67	24,84
2015	Homens	38,61	30,31	30,97	41,98	42,42
	Mulheres	23,51	15,42	17,72	30,21	28,80

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Elaboração dos autores, 2024.

Em 2015, os homens apresentaram maior percentual de carteira assinada em todas as regiões, com destaque para o Sudeste (42%), seguido pelo Sul (41%), Centro-Oeste (38%) e Norte e Nordeste (ambos com 30%). Entre as mulheres, a maior taxa foi registrada na região Sul (30%), seguida pelo Sudeste (28%), Centro-Oeste (23%), Nordeste (17%) e Norte (15%).

Entre 2001 e 2015, ambos os grupos ampliaram sua participação no mercado formal. No Norte, o percentual de homens com carteira assinada cresceu 12%, enquanto o de mulheres aumentou 29%. No Nordeste, os homens tiveram crescimento de 23% e as mulheres de 37%. No Sul e Sudeste, os homens registraram aumento de 6%, enquanto o percentual de mulheres cresceu significativamente, com 28% e 36%, respectivamente. Esses dados mostram que, embora os homens ainda predominem no mercado formal, as mulheres apresentaram avanços mais expressivos no período analisado.

Ainda na lógica de compreender a estrutura da força de trabalho no Brasil, importa especificar quanto os trabalhadores e trabalhadoras recebem pela venda da sua força de trabalho. Nessa perspectiva, seguem dados sobre o tema.

Algumas informações importantes sobre as tabelas 20 e 21: i) para obter o valor anual, calculou-se a média dos trimestres; ii) no ano de 2020, estava disponível apenas o primeiro trimestre, com exceção aos dados relativos a nível de Brasil, portanto, foram considerados os dados disponíveis; iii) no momento da coleta, não havia dados para o ano de 2021; iv) no momento da coleta, estavam disponíveis dados apenas do primeiro e segundo trimestre de 2022, contudo, apenas dados a nível de Brasil haviam sido divulgados sobre o primeiro trimestre do respectivo ano; v) a categoria total para cor ou raça inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas ou sem declaração.

Tabela 12 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, por sexo (reais), 2012 a 2022

Ano	Categoria	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2012	Homens	3498,5	2279,0	1946,5	3348,3	3442,8	2979,0
	Mulheres	2541,3	1889,5	1612,8	2340,8	2412,5	2198,0
2015	Homens	3431,8	2190,3	2013,8	3415,5	3624,3	3066,8
	Mulheres	2554,0	1862,0	1710,8	2442,5	2617,5	2327,8
2018	Homens	3480,0	2181,8	2071,5	3403,0	3604,5	3089,5
	Mulheres	2615,5	1920,8	1773,3	2542,3	2636,8	2383,0
2022	Homens	3469,0	2200,0	1927,5	3356,0	3385,0	2952,5
	Mulheres	2558,5	1957,0	1661,0	2517,5	2589,0	2331,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaboração dos autores, 2022.

O gênero marca expressivamente a diferença salarial entre homens e mulheres. Essa informação está presente em todas as regiões brasileiras. Ao analisar apenas o ano de 2022 nota-se que a região Centro-Oeste era a que oferecia o maior rendimento para o sexo masculino, enquanto a região Sudeste oferecia o maior rendimento para o sexo feminino. Já a região Nordeste era a que oferecia o menor rendimento para ambos os sexos. É importante ressaltar que a diferença de rendimento entre homens da região Centro-Oeste e da região Nordeste era de quase 80% em 2022, último ano analisado. Ao mesmo tempo, a diferença de rendimento entre mulheres da região Sudeste e da região Nordeste era de pouco mais de 55%. Ainda que em todas as regiões as mulheres tenham aumentado mais seu rendimento em relação aos homens, durante o período, a diferença de rendimento entre homens e mulheres na região Centro-Oeste em 2022 ainda era de 35%. No Sul, essa diferença estava em 33%, no Sudeste 30%, no Nordeste 16% e no Norte 12%. No Brasil, a diferença entre o rendimento de homens e mulheres era de 26% em 2022.

Durante o período analisado, o rendimento médio do trabalho variou de forma desigual entre regiões e grupos raciais. O rendimento total caiu 1% no Centro-Oeste e Norte, manteve-se estável no Nordeste e cresceu no Sul (2%), Sudeste e Brasil (1%).

A população branca teve quedas no Centro-Oeste (-1%), Norte (-2%) e Nordeste (-6%), mas aumentos no Sul (5%), Sudeste e Brasil (1%). A população preta registrou crescimento na maioria das regiões, destacando-se o Sudeste (8%) e Brasil (6%), exceto no Norte, onde caiu 3%. A população parda foi a única com aumento em todas as regiões, com destaque para o Sul (10%) e Brasil (7%).

Em 2022, a análise dos rendimentos no Brasil revelou importantes desigualdades regionais e raciais. A região Centro-Oeste destacou-se como aquela com os maiores rendimentos em todas as categorias de cor ou raça, enquanto a região Nordeste apresentou os menores índices. A diferença no rendimento total entre essas duas regiões foi de 70%.

Entre os grupos raciais, as disparidades também foram expressivas. No Centro-Oeste, por exemplo, a população branca recebeu um rendimento 60% maior que a população preta. Na região Norte, a maior diferença foi observada entre brancos e pardos, com os primeiros ganhando 58% a mais. No Nordeste e no Sul, essa diferença foi de 49% entre brancos e pretos. Já no Sudeste, a desigualdade foi ainda maior, com brancos recebendo 69% a mais que pretos.

Considerando o país como um todo, em 2022, a população branca teve um rendimento 68% superior ao da população preta, evidenciando não apenas diferenças regionais, mas também raciais nos níveis de rendimento.

Os dados coletados deixam claro que as desigualdades regionais permanecem, de fato, vividas no território brasileiro. Isso significa que algumas gentes continuam a amargar as consequências do Brasil Colônia. Cabe ressaltar a indissociabilidade entre a reprodução da vida e a reprodução do capital, uma vez que o sentido da formação do Brasil se deu, num primeiro momento voltado às necessidades

de Portugal e depois continua inserido no sistema-mundo de forma subordinada. As desigualdades são resultado desse processo e são continuamente retroalimentadas na relação entre a reprodução da vida e reprodução do capital.

Tabela 13 – Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, por cor ou raça (reais), 2012 a 2022

Ano	Cor	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2012	Total	3109,5	2135,5	1816,3	2924,3	3007,0	2659,3
	Branca	4029,8	3041,5	2544,3	3114,3	3704,3	3405,3
	Preta	2396,5	1981,8	1576,8	2108,0	2046,0	1931,5
	Parda	2520,0	1869,5	1560,3	2039,5	2119,3	1929,0
2015	Total	3070,8	2070,0	1893,8	3004,8	3191,5	2760,5
	Branca	3925,8	2922,3	2595,5	3214,3	3932,5	3543,8
	Preta	2477,0	1871,0	1724,5	2144,8	2179,3	2039,5
	Parda	2559,8	1865,8	1652,3	2162,5	2243,8	2018,0
2018	Total	3116,0	2083,3	1950,3	3036,0	3181,8	2790,8
	Branca	3925,8	2956,5	2729,0	3292,5	4014,3	3624,3
	Preta	2513,3	1923,5	1652,0	2245,3	2168,8	2033,8
	Parda	2661,8	1854,5	1704,0	2189,0	2273,5	2074,8
2022	Total	3082,0	2106,0	1818,0	2995,0	3036,0	2688,0
	Branca	3987,0	2972,0	2400,0	3260,0	3750,5	3442,5
	Preta	2489,5	1930,5	1612,5	2177,5	2216,5	2039,0
	Parda	2586,0	1881,5	1622,5	2239,0	2274,5	2055,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaboração dos autores, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema deste artigo foi a herança colonial e o desenvolvimento regional no Brasil após 1988. Os objetivos que nortearam esta pesquisa foram analisar o desenvolvimento regional do Brasil pós 1988 e, especificamente, i) relacionar a formação das regiões no Brasil e como se caracterizam no período pós-1988 e; ii) descrever os processos de reprodução do capital nas regiões brasileiras. Partiu-se da premissa de que o sentido da formação do Brasil é de um território que se desorganizou em regiões e essa desorganização se mantém até os dias atuais. Dessa forma, desde os primórdios, as regiões brasileiras vêm reproduzindo desigualdades.

O item 3, intitulado “A formação do território no Brasil”, tratou da formação do território brasileiro, a fim de compreender os elementos que são utilizados, por autores e autoras que trataram do tema, para explicar os sentidos dessa formação. Para tanto, considerou-se importante explicitar de que conceito de região e de desenvolvimento regional esse artigo tem como referência. E, num segundo momento, cabe destacar, a partir de alguns autores e autoras como a formação do Brasil é explicada.

O item 4, por sua vez, buscou caracterizar as regiões brasileiras após a Constituição Federal de 1988. Para chegar a este fim, descreveu-se os processos de reprodução da vida e do capital nas regiões brasileiras a partir da coleta e análise de indicadores socioeconômicos como população, PIB, PIB per capita, PEA, renda, taxa de imigração, taxa de fecundidade, dentre outros, das macrorregiões brasileiras.

Algumas constatações puderam ser feitas a partir da interpretação das tabelas. Inicialmente, destaca-se que a região que mais cresceu sua população – Centro-Oeste – não foi a mesma que apresentou a maior taxa de fecundidade – Norte, seguida pelo Nordeste – e nem a que possuía o maior número de crianças e adolescentes – Norte, seguida pelo Nordeste. O que pode ser inferido, nesse sentido, é que a reprodução da vida está ocorrendo com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste, já que são as regiões que disputam as primeiras colocações desde a década de 1980, em relação ao percentual de crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, também são as regiões que apresentam as maiores taxas de fecundidade.

Ao analisar os dados sobre a taxa de imigração líquida, notou-se que enquanto a região Centro-Oeste recebeu ou reteve o maior número de pessoas, a região Nordeste recebeu ou reteve o menor número de pessoas do período analisado. Essa variável é capaz de explicar a contradição entre a reprodução da vida estar presente mais fortemente nas regiões Norte e Nordeste, enquanto é a região Centro-Oeste que possui o maior crescimento populacional, ainda que esta tenha sido a única região que apresentou crescimento no número de óbitos fetais entre os anos de 2003 e 2021.

Quando se olha para indicadores que estão relacionados a riqueza regional, nota-se que o maior Produto Interno Bruto (PIB) em todo o período analisado foi da região Sudeste, sugestivamente, a segunda região em termos de taxa de imigração líquida. O maior PIB per capita, por sua vez, pertence à região Centro-Oeste desde 1989, coincidentemente, a região com maior taxa de imigração líquida.

Na categoria trabalho, foi possível perceber que, em todas as regiões, as mulheres ainda são minoria. Sendo que as menores quantidades foram registradas nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente. Também é no Nordeste que está o maior número de mulheres apontadas como pessoa de referência da família, seguido ora pelo Norte, ora pelo Centro-Oeste. As regiões Norte e Nordeste

também ocupam as primeiras posições quando se observa a distância entre homens e mulheres na força de trabalho. Ou seja, nessas regiões os homens estão massivamente mais presentes no mercado de trabalho. Sem embargo, é legítimo admitir que as mulheres são oprimidas por não terem as mesmas oportunidades que os homens quando o assunto é trabalho.

Quando esse recorte é feito por cor ou raça, a situação torna-se ainda mais delicada. Se as mulheres são oprimidas por falta de oportunidade, mulheres pretas são duplamente exploradas, já que em todas as regiões há mais pessoas brancas ou pardas na força de trabalho comparativamente à população preta.

O valor do trabalho, ao ser analisado, acompanhou a lógica do seu acesso. As regiões Sudeste e Centro-Oeste disputaram o primeiro lugar em relação ao maior rendimento da população. Já a região Nordeste apresentou o menor rendimento em praticamente todo o período analisado. Fato que também ajuda a explicar as migrações principalmente da região Nordeste para o Sudeste e Centro-Oeste.

A reprodução da vida ocorre com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste. Contudo, essa massa de trabalhadores está migrando para regiões que são aparentemente mais ricas, ou seja, Sudeste e Centro-Oeste, em busca de melhores condições de vida, melhores oportunidades de trabalho e maiores rendimentos.

Finalmente, os dados contribuem para concluir que a organização regional do Brasil, que se iniciou ainda no Brasil colônia, continua a amargar consequências dessa formação. Essas consequências – desigualdades – são intensificadas pelo modo de produção capitalista e, mesmo com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, que visa, dentre outros, reduzir as desigualdades sociais e regionais, o Brasil parece não ter conseguido cumprir esse objetivo. Esse insucesso poderia ser revertido se as causas das desigualdades fossem investigadas e fossem desveladas as relações sociais que estão por trás das aparências, como é o caso da reprodução social.

Mas o que poderia ser considerado um horizonte utópico para gentes (principalmente as mulheres) das regiões mais oprimidas? Sem grandes pretensões, talvez o mais simples possa ser o melhor caminho. Parafraseando Theis (2020a), romper as relações de subordinação de umas gentes, que hoje são obrigadas a vender sua força de trabalho a outras gentes, que são privilegiadas pelo enriquecimento graças ao trabalho alheio. Ou seja, se nenhum ser humano ser impuser diante de seu semelhante, se não houver exploração das gentes pelas gentes, se todos se virem apenas como gente, não haveria tanta exploração e muito menos tantas inequidades regionais. O que restaria seria uma sociedade una, que poderia rumar em conjunto para além do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos; FACHINI, Olimpio; FAVERI, Helena Justen de. **Educar para a pesquisa: normas para a produção de textos científicos**. 3 ed. Rio do Sul: NOVA LETRA, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 dez. 2022.
- COEFICIENTES DEMOGRÁFICOS. In: SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: 2008. 4.ed, p. 157.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: Sachs, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-84.
- ETGES, Virgínia E.; DEGRANDI, José Odin. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, n.1, v.1, p. 85-94, outono de 2013.
- FURTADO, Celso. **Teoria política do desenvolvimento econômico**. 9.ed. São Paulo: Nacional, 1986.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001-2009**. Rio de Janeiro, 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019**. Rio de Janeiro, 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Estatísticas do Registro Civil, 2003-2021**. Rio de Janeiro, 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**. Rio de Janeiro, 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade; **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019**. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-apresenta-relat%C3%B3rio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dados-de-189-pa%C3%ADses>>. Acesso em: 05 jan. 2025.

PRODUTO INTERNO BRUTO. In: SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: 2008. 4.ed, p. 641.

THEIS, Ivo M.; BUTZKE, Luciana. Desenvolvimento regional no Brasil: inserção subordinada na economia mundial e fragmentação do território. **Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR**. São Paulo: ANPUR, 2017.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes – Santa Cruz do Sul** (On-line), v. 24, n. 3, p. 334–360, setembro–dezembro, 2019. ISSN 1982-6745.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimentos possíveis do Regional, envolvimento alternativos das Gentes. **Ágora** (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 76–90, julho–dezembro, 2020a. ISSN 1982-6737.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica: o caso do Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 2, p. 206 – 227, maio a agosto, 2020b. ISSN 2358-4556.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento regional no Brasil: desafios teórico-metodológicos e políticos. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; KARNOPP, Erica [Orgs.] **Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022a, p. 45–68.

THEIS, Ivo Marcos. Hic et nun: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, E202224pt, 2022b.

THEIS, I. M. et al. Desenvolvimento regional: construção de um campo de saber? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 258–271, jan./abr. 2022.